



Newsletter do Sindicato Nacional do Ensino Superior

InfoSNESup

Número 107 – Novembro de 2009 – 2ª Quinzena

SUMÁRIO

- ✓ O SNESup PREPARA-SE PARA NOVOS DESAFIOS
- ✓ ALTERAÇÕES A ECDU E ECPDESP AVANÇAM NA AR
- ✓ ENVIE-NOS OS PROJECTOS DE REGULAMENTO DA SUA INSTITUIÇÃO
- ✓ TESES DE DOUTORAMENTO EM FORMATO EXCEPCIONAL NAS ARTES E NAS TECNOLOGIAS
- ✓ CONSELHO NACIONAL DO SNESup REUNIU
- ✓ NOVOS DELEGADOS REGIONAIS
- ✓ FCUL ELEGE DELEGADOS SINDICAIS
- ✓ ESEIG DEBATE ESTATUTO DE CARREIRA EM PARCERIA COM O SNESup
- ✓ CONGRESSO IBÉRICO “ENSINO SUPERIOR EM MUDANÇA”
- ✓ JORNADAS OBCIBER
- ✓ FÓRUM SNESup
- ✓ DIÁRIO DA REPÚBLICA

O SNESup PREPARA-SE PARA NOVOS DESAFIOS

A publicação dos Estatutos de Carreira revistos criou novos desafios ao SNESup.

Antes de mais, a necessidade de introduzir alterações a aspectos com que não concordamos, ou que estão deficientemente formulados, conforme sublinhámos no processo negocial, ou que nem sequer nos foram submetidos durante este, como a exigência de 2/3 de votos favoráveis para a aprovação em período experimental de professores auxiliares e de professores adjuntos.

Depois, a profusão de publicação de regulamentos que se avizinha.

Finalmente, a agilização das nossas respostas e o reestabelecimento da regularidade das nossas comunicações com os associados, inclusive a da publicação da nossa Newsletter InfoSNESup.

A Direcção do SNESup funciona de forma colegial e assume colectivamente a formulação de orientações.

Em três reuniões plenárias realizadas no mês de Novembro, foram definidas propostas de alteração aos Estatutos de Carreira, enviadas aos Grupos Parlamentares, e redefinidos aspectos de funcionamento interno, inclusive a composição da equipa de coordenação, já actualizada em <http://www.snesup.pt/htmls/EEZkkkuyAuWUOPqnwS.shtml>.

ALTERAÇÕES A ECDU E ECPDESP AVANÇAM NA AR

A Assembleia da República chamou a processo de apreciação parlamentar os Decretos-Lei nº 205/2009 (revisão do ECDU), e n.º 207/2009 (revisão do ECPDESP) de 31 de Agosto.

Foram apresentadas ao plenário propostas de alteração ao ECDU (BE e PCP) e ao ECPDESP (BE, PCP, CDS/PP e PSD) que serão agora discutidas em Comissão. Algumas dessas propostas reflectem recomendações do SNESup, oportunamente divulgadas, ou dos movimentos independentes de docentes do Ensino Superior Politécnico. Desde já agradecemos aos Deputados do PS, PSD, CDS/PP e BE que aceitaram, nesta fase inicial, interessar-se pelas nossas posições.

Vamos divulgar amplamente as propostas que estão em jogo, e que dizem respeito a aspectos decisivos da vida académica nos próximos anos.

ENVIE-NOS OS PROJECTOS DE REGULAMENTO DA SUA INSTITUIÇÃO

Estão já algumas instituições de Ensino Superior a elaborar regulamentos de avaliação de desempenho bem como outros Regulamentos a que se referem os Estatutos de Carreira revistos.

O SNESup vai invocar a Lei 23/98, de 26 de Maio (Lei da Negociação Colectiva), a Lei n.º 51/2008, de 11 de Setembro (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas) e os próprios Estatutos de Carreira revistos para intervir na elaboração desses regulamentos, e, designadamente, fazer consagrar a remissão de eventuais litígios para meios de resolução alternativa, isto é, extrajudiciais.

Envie-nos para secretariado@snesup.pt os projectos de Regulamento da sua instituição, assinalando o que lhe suscitar dúvidas bem como aquilo com que não esteja de acordo.

TESES DE DOUTORAMENTO EM FORMATO EXCEPCIONAL NAS ARTES E NAS TECNOLOGIAS

O MCTES, através da publicação do Decreto-Lei nº 230/2009, de 14 de Setembro, aprovou uma adaptação do modelo tradicional de obtenção do doutoramento nas artes e nas tecnologias.

Foi deste modo introduzida a possibilidade de obtenção do grau de doutor com base no reconhecimento e análise de obras, ou com base em trabalhos científicos publicados.

Nas condições previstas no regulamento de cada instituição de ensino superior, o processo de obtenção do grau de doutor, tendo em consideração a natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade, passou a poder ser obtida por uma das seguintes vias:

- compilação, devidamente enquadrada, de um conjunto coerente e relevante de trabalhos de investigação, já objecto de publicação em revistas com comités de selecção de reconhecido mérito internacional;
- no domínio das artes, por uma obra ou conjunto de obras ou realizações com carácter inovador, acompanhada de fundamentação escrita que explicita o processo de concepção e elaboração, a capacidade de investigação, e o seu enquadramento na evolução do conhecimento no domínio em que se insere.

A necessidade de adaptações neste segundo domínio havia sido referida pelo SNESup, (na sequência de reunião realizada com docentes da Universidade de Évora) durante o processo negocial dos Estatutos de Carreira.

CONSELHO NACIONAL DO SNESup REUNIU

Reuniu no passado dia 21 de Novembro em Lisboa, por iniciativa de 12 conselheiros nacionais, o Conselho Nacional do SNESup.

Foram discutidos aspectos da aplicação dos Estatutos de Carreira revistos e equacionado o próximo lançamento de um questionário de caracterização da situação.

NOVOS DELEGADOS REGIONAIS

O SNESup conta com dois novos delegados regionais em Leiria e na Guarda. Desde já agradecemos reconhecidos aos colegas Nuno Veiga (ESTG de Leiria) e António Martins (ESTG Guarda) a colaboração que nos vêm prestando mesmo antes da investidura formal.

Por outro lado a colega Teresa Alpuim, membro da Direcção do SNESup, irá exercer funções como delegada regional de Lisboa / universitário.

FCUL ELEGE DELEGADOS SINDICAIS

Em reunião realizada no passado dia 11 de Novembro, os associados da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em reunião aberta a outros docentes, voltaram a eleger delegados sindicais.

Aos colegas eleitos, os nossos votos de bom trabalho.

ESEIG DEBATE ESTATUTO DE CARREIRA EM PARCERIA COM O SNESup

A convite do Presidente da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do IP Porto (ESEIG), e em parceria com o SNESup, irá realizar-se, na ESEIG, uma sessão de

esclarecimento acerca do ECPDESP sob o título "O ECPDESP e o novo enquadramento legal dos docentes do ensino superior politécnico".

A sessão terá lugar no próximo dia 9 de Dezembro de 2009, 4ª-feira, às 14h30m no anfiteatro B1.01, e serão oradores convidados:

Dr. José Henriques Martins, advogado e consultor jurídico do SNESup,

Prof. José Rodrigues, professor adjunto do ISEP e membro da Direcção do SNESup.

As nossas felicitações à dinâmica delegada sindical do SNESup na ESEIG que muito tem feito para projectar o nosso Sindicato na sua escola.

CONGRESSO IBÉRICO “ENSINO SUPERIOR EM MUDANÇA”

Realiza-se na Universidade do Minho em 25 e 26 de Fevereiro de 2010 o Congresso Ibérico “Ensino Superior em Mudança: Tensões e Possibilidades”.

Este Congresso é uma realização do Instituto de Educação/Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. <http://www.iep.uminho.pt/ensino.superior> .

JORNADAS OBCIBER

Realizam-se no dia 4 de Dezembro de 2009 na Universidade do Porto as Jornadas ObCiber.

Pretende-se que estas Jornadas constituam um espaço de debate e reflexão sobre a actualidade ciberjornalística, bem como para actualização de conhecimentos científicos nesta área. Para tal as Jornadas ObCiber contam com a participação de oradores convidados: os professores Javier Diaz Noci e António Granado (publico.pt), bem como Pedro Araújo e Sá (Cofina).

Nas Jornadas ObCiber serão ainda anunciados os vencedores dos Prémios de Ciberjornalismo 2009.

A entrada é livre mediante inscrição prévia, através do envio de nome e endereços postal e electrónico para obciber@gmail.com.

FÓRUM SNESup

Em <http://forumsnesup.wordpress.com> pode encontrar

ECPDESP comparado e anotado

ECDU comparado e anotado

Exposição ao Presidente da República sobre inconstitucionalidade da Revisão dos Estatutos de Carreira

Assim como diversos textos de opinião sobre os Estatutos de Carreira e a vida sindical.

Os textos publicados apenas responsabilizam os seus autores.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Selecionámos os seguintes diplomas.

Decreto-Lei n.º 150/2009, de 30 de Junho - Estabelece um regime de alargamento das condições de atribuição do subsídio social de desemprego.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2009, publicada em 10 de Julho - Aprova um conjunto de medidas de apoio social aos estudantes do ensino superior.

Portaria n.º 743-A/2009, de 10 de Julho - Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2009-2010.

Decreto-Lei n.º 165-A/2009, de 28 de Julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica do Instituto Camões, I. P.

Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de Julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, que aprovou o regime do ensino português no estrangeiro.

Portaria n.º 843/2009, de 4 de Agosto - Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2009-2010.

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/M, de 4 de Agosto - Adaptação à Região Autónoma da Madeira do novo Código do Trabalho.

Decreto-Lei n.º 204/2009, de 31 de Agosto - Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, que estabelece os princípios da política de acção social no ensino superior.

Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto - Procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto - Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.

Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto - Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

Decreto Regulamentar n.º 15/2009, de 31 de Agosto - Estabelece a composição, as competências e o modo de funcionamento do Conselho Coordenador do Ensino Superior

Lei n.º 96/2009, de 3 de Setembro - Conselhos de empresa europeus.

Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Lei n.º 101/2009, de 7 de Setembro - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio.

Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de Setembro - Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 221/2009, de 8 de Setembro - Altera o reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Psicologia Aplicada de escola universitária não integrada para instituto universitário e a sua denominação para ISPA — Instituto Universitário de Psicologia Aplicada.

Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro - Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro.

Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro - Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.

Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.

Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro - Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 238/2009 de 16 de Setembro - Estabelece ajustamentos procedimentais relativos à entrega de requerimentos para aposentação e determina a revisão oficiosa com efeitos retroactivos reportados a 1 de Janeiro de 2008, para actualização do factor tempo de serviço, de pensões de aposentação voluntária não dependente de incapacidade atribuídas de acordo com a Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, procedendo à 32.ª alteração ao Estatuto da Aposentação.

Decreto-Lei n.º 242/2009, de 16 de Setembro - Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto

Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Setembro - Regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro - Estabelece a possibilidade de prorrogação excepcional do prazo legal de mobilidade de trabalhadores em funções públicas e, no contexto do regime de avaliação do desempenho, admite nomeadamente o recurso à ponderação curricular nos casos em que não tenha ocorrido no ano de 2008.

Portaria n.º 1120/2009, de 30 de Setembro - Vincula à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa — CAAD vários serviços centrais, pessoas colectivas e entidades que funcionam no âmbito do Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 274/2009, de 2 de Outubro - Regula o procedimento de consulta de entidades, públicas e privadas, realizado pelo Governo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, de 2 de Outubro - Cria a Rede Interministerial de Tecnologias de Informação e Comunicação e aprova normas para a identificação, autenticação e assinatura electrónicas de cidadãos perante a Administração.

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro - Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior.

Portaria n.º 1172/2009, de 6 de Outubro - Regula a entrega em documento electrónico de actos relativos a organizações representativas de trabalhadores e de empregadores e de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho

Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de Outubro - Extingue o INSCOOP — Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, I. P., e cria a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social — Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada.

Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de Agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro.

Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/A, de 14 de Outubro - Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo nº 4/2009, publicado em 14 de Outubro - Uniformiza a jurisprudência sobre o prazo em que pode ser exigida a reposição nos cofres do Estado de quantias indevidamente recebidas pelo funcionalismo público a título de remuneração do trabalho de qualquer natureza, no sentido de que pode ser ordenada até ao limite temporal de cinco anos a contar do recebimento, sem haver lugar a aplicação do prazo estabelecido para a revogação de actos administrativos no artigo 141.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, por força da norma de natureza interpretativa, introduzida pelo artigo 77.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aditou o n.º 3 ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

Portaria nº 1375/2009, de 29 de Outubro - Cria a medalha de mérito científico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Rua Casal dos Vagares, 12 – 3030-141 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt